



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana -  
Coordenação de Controle Processual

Parecer nº 15/FEAM/URA CM - CCP/2024

PROCESSO Nº 1370.01.0020657/2023-81

<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</p> <p>SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p> <p>SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - DIRETORIA REGIONAL DE CONTROLE PROCESSUAL</p> <p>PARECER ÚNICO - RECURSO ADMINISTRATIVO</p> <p>PROCESSO SEI Nº 1370.01.0020657/2023-81</p>			
<p>Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: ( 86971584 )</p>			
<p>PA COPAM Nº: SLA n. 4223/2022</p>		<p>SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento</p>	
<p>EMPREENDEDOR:</p>		<p>CNPJ:</p>	
<p>EMPREENDIMENTO: FAZENDA DO RÓTULO</p>		<p>CNPJ: 00.000.000/0000-00</p>	
<p>MUNICÍPIO(S): Baldim</p>		<p>ZONA: Rural</p>	
<p>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</p>			
<p>CÓDIGO:</p>	<p>ATIVIDADE DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</p>	<p>CLASSE</p>	<p>CRITÉRIO LOCACIONAL</p>
<p>G-02-02-1</p>	<p>Avicultura</p>	<p>2 LAS-RAS</p>	
<p>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</p>		<p>REGISTRO:</p>	

	CREA 70809-D
<b>AUTORIA DO PARECER</b>	<b>MATRÍCULA</b>
GUSTAVO LUIZ FARIA RIBEIRO - CCP	1376593-8
THALLES MINGUTA DE CARVALHO - CAT	1146975-6
De acordo:  LUIS GABRIEL MENDOZA  Coordenador(a) Regional de Regularização Ambiental	1.405.122-1
De acordo:  ANGÉLICA APARECIDA SEZINI  Coordenadora (a) Regional de Controle Processual	1.021.314-8



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Aparecida Sezini, Coordenadora**, em 24/04/2024, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Gabriel Menten Mendoza, Coordenador**, em 24/04/2024, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thalles Minguta de Carvalho, Servidor(a) Público(a)**, em 24/04/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **86971095** e o código CRC **81DA375B**.



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Fundação Estadual do Meio Ambiente

#### Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana - Coordenação de Controle Processual

Parecer nº 17/FEAM/URA CM - CCP/2023

**PROCESSO Nº 1370.01.0020657/2023-81**

### I - Relatório

Trata-se de recurso interposto por Caio Martins Silva de Almeida, por meio de seu procurador constituído, em face da decisão de indeferimento do processo de licenciamento SLA n. 4223/2022 proferida pelo Superintendente Regional de Meio Ambiente da Central Metropolitana.

Referido processo foi formalizado para fins de obtenção da competente licença para a atividade listada sob o Código G-02-02-1 "Avicultura" conforme descrito na Deliberação Normativa COPAM n. 217/2017, a ser exercida na propriedade rural Fazenda do Rótulo, no município de Baldim.

O processo de licenciamento supracitado foi indeferido por não possuir regularização de toda a água necessária para o exercício da atividade que, conforme o Parecer Único, perfaz a importância de 45,21 m<sup>3</sup>/dia, descumprindo a regra prevista no art. 15 da DN Copam n. 217/2017, que estabelece a exigência de que haja obtenção das intervenções ambientais e em recursos hídricos para fins de formalização de processo de LAS, *ipsis litteris*:

*Art. 15 - Para a formalização do processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.*

*Parágrafo único - O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS.*

O parecer sugestivo foi acolhido pela autoridade competente, o Superintendente Regional da SUPRAM Central Metropolitana que, em decisão proferida no dia 24.04.2023, indeferiu o licenciamento pleiteado, tendo sido publicada a decisão no dia 25.04.2023, no Diário Oficial.

Irresignada, a parte recorrente apresentou recurso onde alega que apresentou, em sede de informação complementar, as autorizações que atestavam o volume de água necessário a ser utilizado pelo empreendimento, através de 05 (cinco) certidões de uso insignificante para captação de água subterrânea através de poços manuais/cisternas. Informa também que a área técnica não analisou a totalidade dos documentos autorizativos, pois levou em consideração apenas 04 (quatro) das cinco certidões juntadas no processo.

### II - Tempestividade e Requisitos de Admissibilidade

O artigo 44 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 determina que um recurso administrativo seja apresentado em 30 (trinta) dias contados da intimação da decisão impugnada. Além disso, estabelece o art. 43 a legitimidade para a interposição.

A publicação ocorreu em 25.04.2023 no Diário Oficial de Minas Gerais, em sua página 12, e o recurso (65674881) foi protocolizado no dia 10.05.2023, por procurador legalmente constituído pela recorrente, de acordo com o Recibo de Protocolo Eletrônico n. 65674885. Desta forma, tempestivo e legítimo o recurso interposto.

Além disso, os elementos descritos como indispensáveis para constar na peça de recurso foram observados no processo em referência, cumprindo-se totalmente os requisitos arrolados no art. 45 do Decreto n. 47.383/2018, assim como o pagamento da taxa de expediente (art. 46, III).

### **III - Competência para Análise e Decisão**

Importa-nos discorrer que conforme estabelecido pelo artigo 47 do Decreto Estadual n. 47.383/2018, cabe à SUPRAM-CM (órgão que subsidiou a decisão recorrida) analisar os pressupostos e as razões recursais, ao que elaborará parecer para subsidiar a decisão final de uma das Unidades Regionais Colegiadas – URC's do COPAM, competente para decidir, em última instância administrativa, o recurso referente ao arquivamento do processo de licenciamento decidido pela SEMAD (através da antiga SUPRAM-CM), nos termos do artigo 41 do decreto supracitado.

Assim, competente a URC-CM decidir sobre este recurso.

### **IV - Do Mérito**

Em apertada síntese, alega a recorrente que não teriam sido analisados todos os atos autorizativos que comprovariam a capacidade hídrica para o exercício da atividade. Informa que, além das quatro certidões mencionadas no Parecer Único, haveria outra (n. 388579/2023) que não foi levada em consideração na análise do processo.

Pois bem. Atendo-se tão somente ao recurso apresentado e compulsando todo o processo de licenciamento e, por consequência, os documentos juntados, verificamos que faz jus as alegações da recorrente.

Foi submetido à área técnica o citado recurso para análise, tendo esta sido proferida através da Nota Técnica n. 05/FEAM/URA CM-CAT/2024 (84058112). Neste documento, observou-se que o Parecer Único de indeferimento considerou, em seu texto, quatro certidões de uso insignificante (n. 388571/2023, 388576/2023, 388578/2023 e 388581/2023).

De início, foi relatado no Relatório Técnico que as certidões de uso insignificante acima descritas foram apresentadas em decorrência da substituição, pelo recorrente, da anterior certidão de uso insignificante n. 365048/2022 - que se referia à captação de água superficial em curso d'água - após pedido de apresentação de autorização para intervenção em APP em sede de informação complementar, conforme previsto na Lei Estadual n. 20.922/2013 (art. 12).

Assim, como resposta, apresentou o recorrente cinco certidões de uso insignificante de captação subterrânea (cisternas) como forma de suprir o balanço hídrico do empreendimento,

como podemos verificar no sistema SLA, print abaixo:

ecosistemas

Sistema de Licenciamento Ambiental

Visualizar Solicitação de Informações Complementares

Página Inicial

Dados da Solicitação

CPF/CNPJ: 146.119.426-19

Pessoa Física / Jurídica: CAIO MARTINS DA SILVA ALMEIDA

Nome Fantasia:

Empreendimento: CAIO MARTINS DA SILVA ALMEIDA

Município da Solicitação: Baldim

Solicitação: 2022.09.01.003.0004079

Processo: 4223/2022

Informação Complementar

Tipo: Simples

Status: Invalidada

Prazo para resolução: 13/05/2023 13:28

https://ecosistemas.meioambiente.mg.gov.br/sla/index.html#/sic-tecnico/visualizar?idSic=120128&idSolicitacao=15...

CPF - Criação: 053.129.346-74

Nome - Criação: MARCOS VINICIUS MARTINS FERREIRA

Data - Criação: 14/03/2023 13:27

Resolução

Descrição:

O proprietário decidiu por alterar o tipo de captação passando para cisternas e cancelando a captação superficial

CPF - Resolução: 146.119.426-19

Nome - Resolução: CAIO MARTINS DA SILVA ALMEIDA

Data - Resolução: 05/04/2023 08:37

Identificador	Arquivo(s) do Documento	Nome
206008		CISTERNAS.zip
206002		Oficio_Cancelamento_00003650482022 (1).pdf
206006		<u>CERTIDAO_00003885792023.pdf</u>
206001		ALTERAÇÃO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA.pdf
206003		CERTIDAO_00003885712023.pdf
206004		CERTIDAO_00003885762023.pdf
206005		CERTIDAO_00003885782023.pdf
206007		CERTIDAO_00003885812023.pdf

Sistema de Licenciamento Ambiental - Sistema - Versão: 2.55.0

Percebe-se que foram juntadas as certidões de uso insignificante n. 388571/2023, 388576/2023, 388578/2023, 388579/2023 e 388581/2023, totalizando, portanto, cinco documentos.

Em paralelo, foi também verificado junto ao SIAM a existência de cinco processos formalizados em 04 de abril de 2023, que correspondem às certidões destacadas acima, que inclusive foram emitidas na mesma data:

<b>Tipo</b> Outorga	<b>Situação</b> CADASTRO EFETIVADO
<b>Processo</b> 014833/2023	<b>Uso</b> CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA POR MEIO DE POÇO ...
<b>Emprador/Regte</b> 146.119.426-19 - CAIO MARTINS DA SILVA ALMEIDA	<b>Data form</b> 04/04/2023
<b>Empreendimento</b> 146.119.426-19 - CAIO MARTINS DA SILVA ALMEIDA	<b>Prazo de Análise</b> 04/04/2023
<b>Município</b> BALDIM	<b>Responsável</b> Nenhum técnico foi associado
<b>Certidão</b> 388571 / 2023	

#### Processos Cadastrados

Total de Registros:7

Tipo	Atividade	Cod no Orgão	FOBI/ANO	STATUS	Data Formalização	Data Decisão
Outorga	CAPTAÇÃO EM CORPO DE ÁGU...	47885/2022	476351/2022	USO INSIGNIFICANTE CANCELADO	26/09/2022	08/11/2022
Outorga	CAPTAÇÃO EM CORPO DE ÁGU...	56000/2022	553646/2022	USO INSIGNIFICANTE CANCELADO	08/11/2022	15/03/2023
Outorga	CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERR...	14833/2023	143297/2023	CADASTRO EFETIVADO	04/04/2023	04/04/2023
Outorga	CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERR...	14838/2023	143318/2023	CADASTRO EFETIVADO	04/04/2023	04/04/2023
Outorga	CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERR...	14840/2023	143327/2023	CADASTRO EFETIVADO	04/04/2023	04/04/2023
Outorga	CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERR...	14841/2023	143331/2023	CADASTRO EFETIVADO	04/04/2023	04/04/2023
Outorga	CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERR...	14843/2023	143339/2023	CADASTRO EFETIVADO	04/04/2023	04/04/2023

Outro ponto a ser destacado é em relação à disponibilidade hídrica que, a partir do somatório das cinco certidões apresentadas, atenderia plenamente as necessidades do empreendimento. Assim informou a avaliação da Nota Técnica:

*Novamente referenciando o parecer de LAS n. 4223/2023 em sua página 4/7, o volume certificado pelas quatro certidões listadas tem-se 40 m³/dia de água e o empreendedor informou um consumo diário de 45,21 m³ a demanda hídrica total.*

*Assim caso, caso incluirmos a certidão não considerada, no caso a de n° 388579/2023 tem a premissa autorizada de 2 m³/h de águas subterrâneas, durante 05:00 hora(s)/dia, totalizando 10,000 m³/dia. Somando este valor autorizado aos 40 m³/dia em tese atenderia o balanço hídrico apresentado de 45,21 com sobras, inclusive.*

Portanto, verifica-se que merece razão os argumentos recursais apresentados pela parte recorrente. De fato, não foram devidamente observadas as certidões apresentadas em sua totalidade que, conforme o supracitado Relatório Técnico, constatou que os volumes autorizados pelas mesmas são capazes de suprir a demanda hídrica do empreendimento.

## V - Conclusão

Diante do exposto, este parecer sugere à URC-CM, a quem compete julgar em última instância os recursos contra decisões referentes ao processo de licenciamento ambiental decidido pela Semad, conforme art. 41 do Decreto nº 47.383/2018, que as razões do recurso sejam acolhidas, com a reforma do parecer de indeferimento do processo de licenciamento, para considerar todas as certidões anexadas a este visando a comprovação de atendimento da demanda hídrica do empreendimento, tendo em vista os fundamentos expostos no presente parecer.